

**Electricidade dos Açores,  
S.A.**



## **REQUISITOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL DE OBRA**

## REGISTOS DE ALTERAÇÕES

N.º Ordem	Proponente	Data	Observações
00	GQAMB	28-janeiro-2010	Aprovado pela Deliberação da CE DL/49/CE/2010, de 28 de janeiro
01	GQAMB	12-abril-2012	Atualização da legislação e criação do Anexo IX – Legislação vigente
02	GQAMB/APROV	30-abril-2012	Correção de lacunas resultantes da anterior revisão.
03	GIQAS	18-dezembro-2018	Atualização da legislação

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO .....	6
2.	DEFINIÇÕES .....	6
3.	ENQUADRAMENTO LEGAL .....	8
4.	INFORMAÇÃO AMBIENTAL A APRESENTAR.....	8
5.	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS.....	8
5.1.	<i>Carácter Geral</i> .....	8
5.2.	<i>Estaleiro</i> .....	9
5.3.	<i>Gestão de Resíduos</i> .....	10
5.4.	<i>Armazenagem e Manuseamento de Substâncias Perigosas para o Ambiente</i> .....	13
5.5.	<i>Gestão e Controlo de Águas Residuais e Pluviais</i> .....	14
5.6.	<i>Controlo de Ruído</i> .....	14
5.7.	<i>Qualidade do ar</i> .....	16
5.8.	<i>Gestão do Solos/Coberto Vegetal</i> .....	17
5.9.	<i>Socio-Economia e Ordenamento do Território</i> .....	18
5.10.	<i>Resposta a Situações de Emergência Ambiental em Obra</i> .....	18
6.	FORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	19
7.	AValiação DE CONFORMIDADE LEGAL .....	19
7.1.	<i>Não Conformidades</i> .....	19
7.2.	<i>Relatório de Acompanhamento Ambiental</i> .....	20
8.	REGISTOS.....	21
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>22</b>
	<b>ANEXO I – PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DE OBRA (PGA0).....</b>	<b>23</b>
1.	IDENTIFICAÇÃO.....	26
2.	RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES .....	26

3.	ENQUADRAMENTO LEGAL .....	26
4.	COMUNICAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS.....	26
5.	IMPACTES AMBIENTAIS .....	26
5.1.	<i>Geral</i> .....	27
5.2.	<i>Estaleiro</i> .....	27
5.3.	<i>Gestão de Resíduos</i> .....	27
5.4.	<i>Armazenagem e Manuseamento de Substâncias Perigosas</i> .....	27
5.5.	<i>Gestão de Águas Residuais e Pluviais</i> .....	28
5.6.	<i>Gestão do Solo/Coberto Vegetal</i> .....	28

## **ANEXO II – PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (PPGRCD)**

.....		29
1.	INTRODUÇÃO.....	32
1.1.	<i>Objetivo</i> .....	32
1.2.	<i>Legislação aplicável</i> .....	32
1.3.	<i>Âmbito de aplicação</i> .....	32
1.4.	<i>Glossário</i> .....	33
1.5.	<i>Abreviaturas</i> .....	35
2.	PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO .....	35
2.1.	<i>Dados Gerais da Entidade Responsável pela Obra</i> .....	35
2.2.	<i>Dados Gerais da Obra</i> .....	35
2.3.	<i>Resíduos de Construção e Demolição (RCD)</i> .....	36
3.	ALTERAÇÕES AO PPGRCD .....	37
4.	GESTÃO DE RESÍDUOS.....	37
4.1.	<i>Transporte de RCD</i> .....	37
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38

<b>ANEXO III – LISTA EUROPEIA DE RESÍDUOS (CAPÍTULO 17–RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO)</b>	
.....	<b>39</b>
<b>ANEXO IV – LISTA DE MATERIAIS A ENTREGAR AO ARMAZÉM.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO V – GUIA DE ACOMPANHAMENTO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO VI – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS .....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO VII – CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE OBRAS .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO VIII – REGISTO FOTOGRÁFICO .....</b>	<b>54</b>
<b>ANEXO IX – LEGISLAÇÃO VIGENTE .....</b>	<b>56</b>
1. GERAL .....	57
2. RESÍDUOS .....	57
3. QUALIDADE DA ÁGUA.....	57
4. RUÍDO.....	57
5. QUALIDADE DO AR .....	58

## 1. Introdução

O presente documento estabelece as condições a que devem obedecer as atividades que constituem uma empreitada, atendendo à legislação ambiental nacional e comunitária em vigor na área do ambiente e às boas práticas a implementar no sentido de minimizar o potencial impacto ambiental da mesma.

O presente documento é composto por mais três documentos fundamentais:

- Plano de Gestão Ambiental de Obra (PGAO) – Anexo I
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) – Anexo II
- Relatório de Acompanhamento Ambiental de Obras – Anexo VI

O Adjudicatário obriga-se a implementar e aplicar, no mínimo, as medidas de gestão ambiental em obra que se identificam no presente caderno de encargos.

## 2. Definições

«Atividade ruidosa permanente» a atividade desenvolvida com carácter permanente, ainda que sazonal, que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído, designadamente laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

«Atividade ruidosa temporária» a atividade que, não constituindo um ato isolado, tenha carácter não permanente e que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído (exemplo: obras de Construção Civil);

«Águas Residuais Domésticas» águas residuais de instalações residenciais/serviços essencialmente provenientes do metabolismo humano e de atividades domésticas (DL n.º 236/98) como águas residuais geradas em obra provenientes de pequenas lavagens, sanitários, balneários e refeitórios.

«Armazenagem de resíduos» deposição temporária e controlada de resíduos, por prazo determinado, antes do seu tratamento, valorização ou eliminação.

«Contenção secundária» Contenção adicional, com vista à prevenção da potencial poluição causada por escorrências associadas à utilização normal dos produtos armazenados e à retenção de fugas/derrames resultantes de acondicionamento deficiente.

«Destino final adequado de resíduos» reencaminhamento dos resíduos produzidos a instalações/unidades licenciadas para a sua valorização, tratamento e/ou eliminação.

«Emergência Ambiental» situação de incidente/acidente com potencial impacte negativo sobre o meio ambiente (solos, linhas de água, águas subterrâneas e qualidade do ar).

«Recetor sensível» o edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, com utilização humana.

«Resíduos» quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos (LER).

«Resíduos de Construção e Demolição» resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas.

«Resíduos perigosos» resíduos que apresentam, pelo menos, uma característica de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados como tal na Lista Europeia de Resíduos.

«Substâncias perigosas para o ambiente» substâncias ou materiais que, pelas suas características físico-químicas, grau de toxicidade, potencial de persistência e/ou bioacumulação, são indutoras de risco de degradação do meio ambiente.

«Zona sensível» a área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno.

### 3. Enquadramento Legal

O Adjudicatário deverá observar, em todos os aspetos respeitantes à obra em questão, a legislação ambiental aplicável atualmente e a que entretanto entrar em vigor.

O enquadramento legal encontra-se identificado no **Anexo IX** e diz respeito apenas aos diplomas que se encontram em vigor na data de edição deste documento.

### 4. Informação Ambiental a apresentar

O Adjudicatário deverá apresentar no ato da Consignação da empreitada, a adaptação do **“Plano de Gestão Ambiental de Obra” (PGA O)** cujo esqueleto se encontra descrito no Anexo I, de forma a evidenciar que as questões ambientais mais significativas estão devidamente contempladas no planeamento efetuado.

### 5. Medidas de Minimização e de Boas Práticas Ambientais

Para que na presente empreitada sejam minimizados os potenciais impactes ambientais, devem ser implementadas também as boas práticas reconhecidas a nível internacional. Apresentam-se de seguida, e para cada uma das vertentes ambientais, algumas dessas práticas.

#### 5.1. Carácter Geral

1. Proceder à limpeza da via pública sempre que forem vertidos materiais de construção ou materiais residuais da obra;
2. Atender a eventuais queixas dos moradores locais, de modo a tentar resolver com a maior brevidade possíveis situações de incomodidade relacionadas com a obra;
3. Comunicar às populações afetadas e interessadas, previamente ao início da obra, todas as alterações e prazos previstos, para os caminhos e estradas de circulação afetadas pelas obras, bem como sinalizadas todas as restrições de tráfego;
4. Avisar com antecedência as autarquias, juntas de freguesia e a população interessada, das eventuais alterações na circulação rodoviária, nomeadamente, aquando do atravessamento de vias de comunicação;



5. Facultar alternativas válidas ao maior número possível de atravessamentos condicionados por motivos de obra.

## **5.2. Estaleiro**

1. Na escolha da localização de Estaleiros, das áreas de empréstimo e de depósito temporário de materiais, deverá ser dada preferência a zonas relativamente degradadas, sendo que esta mesma área será colocada à aprovação do Dono de Obra e/ou Fiscalização, previamente à sua instalação.
2. A área destinada a estaleiro, será devidamente delimitada/vedada com sinalização visível. Na vedação deverão ser colocadas placas avisadoras que incluam as regras de segurança.
3. As áreas destinadas ao abastecimento de combustível, parque de máquinas e armazenamento temporário de óleos e combustíveis, bem como a manutenção e reparação de veículos serão impermeabilizados e com drenagem eficaz. Estes locais serão em áreas devidamente preparadas para o efeito, de fácil acesso, de forma a facilitar a operação de transferência de resíduos e deverão estar equipados com contenção secundária;
4. As ações que implique a remoção ou degradação do coberto vegetal, a decapagem do terreno ou a escavação, movimentação e depósito de materiais, limitar-se-ão às áreas estritamente necessárias à execução dos trabalhos;
5. As movimentações de terras e máquinas devem, tanto quanto possível, privilegiar o uso de acessos existentes ou menos sensíveis à compactação e impermeabilização dos solos, evitando a circulação de máquinas indiscriminadamente por todo o terreno;
6. O acesso de pessoal não afeto à empreitada será interdito;
7. As zonas de intervenção devem ser sinalizadas de acordo com os regulamentos de trânsito municipais, e caso se justifique, limitar a zona de obra à área estritamente necessária e vedar;

8. Sinalizar de forma adequada e ajustada a sinalização existente, os locais de entrada e saída e viaturas, prevenindo a ocorrência de acidentes;
9. Caso ocorram incidentes/acidentes ambientais serão ativados os procedimentos necessários para a rápida resolução destes, que deverão ser previamente aprovados pelo Dono de Obra. Deverá ainda proceder-se à recuperação imediata da zona afetada;
10. Assegurar a eficaz fiscalização ambiental da obra e o cumprimento rigoroso das boas práticas, ao nível da exploração e manutenção dos equipamentos afetos à mesma;
11. Em caso de necessidade, será implementado um sistema de lavagem de rodados à saída do estaleiro, de modo a evitar o arrastamento de poeiras e lamas para as vias rodoviárias;
12. Definição de um sistema de drenagem de águas residuais (inclusive as águas residuais mencionadas no ponto anterior), e pluviais no estaleiro, obtenção de todas as licenças necessárias de modo a assegurar o cumprimento da legislação em vigor;
13. Promover a sensibilização dos recursos humanos afetos às obras, no sentido da prevenção e mitigação de incidentes envolvendo derrames de produtos químicos, diluentes, gasóleo e óleos;
14. Promover a remoção de todo o material excedente e a recuperação paisagística das zonas ocupadas pelo estaleiro, mediante a restituição do coberto vegetal original e a reposição da morfologia dos terrenos, na fase de conclusão da obra e desativação do estaleiro;
15. Será protegida e preservada a vegetação arbórea e arbustiva existente na envolvente dos locais da obra e acessos, através da implementação de medidas cautelares a definir no início da obra.
16. Após o término da obra, será removida todas as instalações, equipamentos, maquinaria de apoio e de todo o tipo de materiais residuais da obra e reposto das características originais dos terrenos.

### **5.3. Gestão de Resíduos**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

1. O Adjudicatário deve responsabilizar-se pela gestão de todo o tipo de resíduos produzidos na área afeta à obra, exceto os materiais e equipamentos indicados na listagem anexa (Anexo IV), ou outros indicados pela Fiscalização, que deverão ser entregues nas instalações da EDA, S.A..
2. Caberá ao Adjudicatário a responsabilidade de implementar o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), nos termos da legislação vigente (Anexo II).
3. O Adjudicatário deverá efetuar a triagem em obra, com vista ao seu encaminhamento, por fluxos e fileiras de materiais, para reciclagem ou outras formas de valorização.
4. Todos os resíduos produzidos em obra e no estaleiro devem ser inventariados, devendo o respetivo registo incluir a designação do resíduo, a classificação LER (Anexo III), a origem do resíduo, a forma de acondicionamento, o local de armazenagem, a entidade contratada para proceder ao transporte do resíduos para o exterior e o destino final do resíduo.
5. Em caso de armazenagem temporária de resíduos não inertes, estes devem ser adequadamente acondicionados, colocados em áreas reservadas para esta operação e segregados por tipo de resíduos de forma a evitar a mistura de resíduos, nomeadamente resíduos perigosos com não perigosos ou resíduos incompatíveis. As áreas de armazenagem de resíduos perigosos devem ser cobertas e impermeabilizadas, providas, se necessário, com contenção secundária apropriada aos volumes armazenados, e apresentar identificação clara e bem visível.
6. A recolha e transporte de resíduos na obra, no estaleiro ou para o exterior, devem ser efetuados de forma a evitar a sua dispersão, derrame ou mistura de resíduos.
7. O transporte de resíduos para o exterior deve observar os seguintes requisitos:
  - a) Os resíduos líquidos e pastosos devem ser acondicionados em embalagens estanques, cuja taxa de enchimento não exceda os 98%;
  - b) Os resíduos sólidos podem ser acondicionados em embalagens ou transportados em granel, em veículo de caixa fechada ou veículo de caixa aberta, com a carga devidamente coberta;

- c) Todos os elementos de um carregamento devem ser convenientemente arrumados no veículo e escorados, de forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes do veículo;
  - d) Quando, no carregamento, durante o percurso ou na descarga, ocorrer algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa, recorrendo a produtos absorventes, quando se trata de resíduos líquidos ou pastosos.
8. Sempre que ocorrer recolha e transporte de resíduos da zona da obra ou do estaleiro, para o exterior, devem ser preenchidas as respetivas Guias de Acompanhamento do Transporte Rodoviário de Resíduos na Região Autónoma dos Açores (Anexo V). Excetua-se desta necessidade a recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados, se assegurados pelos Serviços Municipalizados. As Guias de Acompanhamento de Resíduos devem ser preenchidas e arquivadas pelo Adjudicatário, o qual deve entregar cópias das mesmas à fiscalização, para verificação e arquivo.
9. Caso venha a ser definido contratualmente, que o Adjudicatário será exclusivamente responsável pela gestão dos resíduos produzidos na obra deverá estar registado junto da Direção Regional do Ambiente (DRA), como produtor de resíduos e possuir um número de registo a indicar nas guias acima referidas, nos termos da legislação vigente.
10. Caso o Adjudicatário recorra a entidades terceiras para realizar o transporte de resíduos, as mesmas deverão possuir alvará de transporte de mercadorias por conta de outrem, pelo que tal deve ser averiguado previamente à contratação do transporte, solicitando uma cópia do respetivo alvará.
11. As entidades que asseguram a valorização ou destino final dos resíduos não equiparados a urbanos produzidos (na obra e no estaleiro), devem estar licenciadas, pelo que tal deve ser averiguado previamente à sua seleção, solicitando uma cópia da respetiva autorização / licença.
12. Os Operadores de Gestão de RCD's são obrigados a enviar ao produtor, no prazo máximo de 30 dias, um certificado de receção dos RCD's recebidos na sua instalação, nos termos constantes da legislação vigente, devendo ser disponibilizado às autoridades fiscalizadoras sempre que solicitado.

13. Após a conclusão da obra o adjudicatário deve garantir a remoção de todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra e no estaleiro, evitando que estas sirvam de pólo de atracção para a deposição inadequada de outros resíduos por terceiros.

#### **5.4. Armazenagem e Manuseamento de Substâncias Perigosas para o Ambiente**

1. Todas as substâncias perigosas armazenadas e/ou utilizadas em obra ou no estaleiro devem ser inventariadas, devendo neste registo constar a designação da substância, a sua forma de acondicionamento, o local de armazenagem, a quantidade armazenada e a respetiva ficha de segurança.
2. Todas as áreas de armazenagem de óleos, lubrificantes e outros produtos perigosos devem ser zonas dedicadas, cobertas, impermeabilizadas, se necessário com contenção secundária apropriada aos volumes armazenados, apresentar identificação clara e bem visível.
3. O manuseamento de substâncias perigosas deve ser realizado com os devidos cuidados, de forma a evitar a ocorrência de derrames e fugas para o solo, recursos hídricos e caleiras pluviais.
4. O Adjudicatário deve colocar kits de material absorvente em cada área específica de armazenagem e utilização de substâncias perigosas líquidas e pastosas, os quais devem ter capacidade de absorção/remoção adequada às quantidades armazenadas.
5. No sentido de se evitar a ocorrência de derrames acidentais de óleos ou combustíveis, associados ao funcionamento da maquinaria a utilizar na fase de construção, não são permitidas operações de manutenção dessa maquinaria no estaleiro ou na área de intervenção. Quando, por questões de operacionalidade, se tornar imprescindível para o normal desenvolvimento dos trabalhos, efetuarem-se operações de manutenção dessa maquinaria, estas devem ser efetuadas em local apropriado para o efeito, dentro da área a ocupar pelos estaleiros da obra e devidamente impermeabilizado.
6. A armazenagem de substâncias pulverulentas (ex. cimento, britas, areias) deve ser realizada em zona dedicada e apresentar condições de proteção à Acção do vento e que,

consequente, evitem a dispersão de poeiras (ex. zona coberta, aplicação de barreiras de sedimentos em malha geotêxtil).

## **5.5. Gestão e Controlo de Águas Residuais e Pluviais**

1. O Adjudicatário diligenciará e providenciará a obtenção da licença de utilização de uso de coletores municipais ou descarga de águas residuais no meio natural (solos e recursos hídricos).
2. Deve ser assegurado que não é efetuada a descarga de quaisquer produtos poluentes (ex. resíduos de betumes, óleos, lubrificantes, combustíveis, produtos químicos e outros materiais residuais de obra/estaleiro) no meio natural (solos e recursos hídricos) e em águas pluviais, assegurando-se-lhes um destino final adequado.

## **5.6. Controlo de Ruído**

1. Em caso de necessidade, antes do início da fase de construção, será efetuado uma análise às condições acústicas de referência dos locais associados à zona de obras e às zonas associadas ao seu desenvolvimento, em especial no que se refere às condições acústicas observadas junto das áreas habitacionais que possam vir a ser afetadas no decorrer da fase de construção. Bem como, verificar, junto das entidades camarárias, a classificação acústica atribuída ao local da obra.
2. Os trabalhos e atividades a decorrer nos estaleiros e nas zonas de obra, em especial as mais ruidosas, devem ser realizadas preferencialmente nos dias úteis e durante o período diurno, ou seja, das 7h00 às 20h00, e só em circunstâncias especiais, até cerca das 22h00.
3. O Adjudicatário é obrigado a apresentar justificação sempre que se verifique a necessidade de realização de trabalhos ruidosos no período interdito (20h00 às 7h00).
4. O exercício de atividades ruidosas temporárias nas horas fora do horário mencionado no ponto 1 pode ser autorizado, em casos excecionais e devidamente justificados, mediante a obtenção de Licença Especial de Ruído, junto da(s) respetiva(s) Câmara(s) Municipal(ais).

5. A Licença Especial de Ruído é requerida pelo Adjudicatário junto da(s) respetiva(s) Câmara(s) Municipal(ais) com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis relativamente à data de início da atividade, indicando:
- a) Localização exata ou percurso definido para o exercício da atividade;
  - b) Datas de início e termo da atividade;
  - c) Horário a praticar;
  - d) Razões que justificam a realização da atividade naquele local e hora;
  - e) Indicação das medidas de prevenção e de redução do ruído propostas, quando aplicável;
  - f) Outras informações consideradas relevantes.
6. A emissão da Licença Especial de Ruído por períodos superiores a 30 (trinta) dias é da responsabilidade da(s) respetiva(s) Câmara(s) Municipal(ais), ficando condicionada ao cumprimento dos seguintes valores-limite do indicador LAeq do ruído ambiente exterior:
- a) 60 dB(A) no período do entardecer (20H00 até 23H00);
  - b) 55 dB(A) no período noturno (23H01 até 7H00).
7. A exigência do cumprimento dos valores-limite mencionados pode ser excecionalmente dispensada pela(s) respetiva(s) Câmara Municipal(ais) no caso de obras em infraestruturas de transporte, quando seja necessário manter em exploração a infraestrutura, ou quando, por razões de segurança ou de carácter técnico, não seja possível interromper os trabalhos, nos termos da legislação vigente.
8. Caberá ao Adjudicatário a liquidação dos respetivos custos associados com a requisição da Licença Especial de Ruído.
9. De uma maneira geral, devem ser utilizadas máquinas e equipamentos de baixa potência sonora, de forma a reduzir o impacte causado pelas emissões de níveis de ruído.
10. Sempre que possível, a utilização de veículos e equipamentos ruidosos deve ser efetuada exclusivamente durante o período diurno. Adicionalmente, a utilização destes equipamentos deve ser minimizada, sempre que possível. Para tal devem ser tidas em conta as seguintes boas práticas:
- i. Selecionar, sempre que possível, técnicas e processos construtivos que gerem menos ruído;

- ii. Utilizar preferencialmente, equipamentos que integrem silenciadores e supressores de ruído de origem ou, alternativamente, insonorizar a maquinaria de apoio à obra associada à emissão de níveis elevados de ruído, através da utilização de silenciadores e supressores de ruído;
- iii. Se necessário, projetar e implantar barreiras acústicas, adequadas e eficazes, na vedação das zonas afetas às obras;
- iv. Preparar todos os veículos e equipamento a utilizar na empreitada de modo a reduzir na fonte a geração de ruído e promover o maior afastamento possível às fachadas dos edifícios localizados nas zonas adjacentes às obras;
- v. Utilizar a rede elétrica pública em alternativa a geradores móveis, sempre que possível e aplicável;
- vi. Assegurar a manutenção periódica de todos os veículos / equipamentos de apoio à obra.
- vii. Avisar, por escrito, lamentando o incómodo gerado e explicando o motivo, a população residente e existente nas zonas adjacentes à empreitada, caso se recorra a técnicas e processos construtivos que gerem elevado ruído;
- viii. Deve ser evitada a circulação de veículos junto a áreas habitacionais e zonas sensíveis, sempre que possível.

## **5.7. Qualidade do ar**

- 1. São proibidas todas as queimas a céu aberto de qualquer tipo de materiais ou resíduos.
- 2. Deve ser confinada, por regra, a armazenagem de produtos de características pulverulentas ou voláteis.
- 3. Os produtos a granel que possam conduzir a emissões de poluentes para a atmosfera devem ser armazenados, na medida do possível, em espaços fechados.
- 4. Devem ser conferidos especiais cuidados nas operações de carga, de transporte, de descarga e de deposição de materiais de construção e de materiais residuais de obra, especialmente se forem pulverulentos ou do tipo particulado. A sua cobertura e humificação durante a deposição na área afeta à obra são recomendadas.



5. Devem ser acondicionadas e cobertas adequadamente as cargas (de acordo com o Código de Estrada), dos materiais de construção e residuais da obra, nomeadamente se forem pulverulentos ou do tipo particulados, evitando-se a sua queda, dispersão e espalhamento nas vias aquando do seu transporte.
6. Verificação dos planos de manutenção dos equipamentos (controlo das emissões para a atmosfera);
7. Racionalização da circulação de veículos e de maquinaria de apoio à obra;
8. Sistema de limpeza e pavimentos e arruamentos (quando aplicável);
9. Rega de materiais evitando a dispersão de poeiras (quando aplicável);
10. Instalar um sistema de lavagem de rodados dos veículos afetos à obra, em todas as saídas do estaleiro e/ou zonas de obra para o exterior (quando aplicável);

## **5.8. Gestão do Solos/Coberto Vegetal**

1. Colocação de bacias de retenção nos depósitos de óleos e materiais perigosos na ferramentaria;
2. Colocação de contentores para a deposição de resíduos;
3. Reutilização de terras de escavação para aterros decorrentes da atividade, sempre que possível;
4. Minimizar a afetação e alteração do uso de espaços existentes, adjacentes à obra, evitando incomodidade da população;
5. Minimizar o arranque ou destruição direta de vegetação e proteção da existente;
6. Garantir a estabilidade dos aterros estando previsto a realização de ensaios de compactação;

7. Controlo de derrames;
8. Controlo de escavação e respetivos vazadouros (caso aplicável);
9. Controlo das operações;
10. Caso a obra se desenvolva em áreas protegidas, ou nas proximidades destas, deverão ser cumpridos na íntegra os diplomas legais regulamentares das mesmas e as exigências proferidas pelas Entidades Públicas Reguladoras na matéria.

## **5.9. Socio-Economia e Ordenamento do Território**

1. Deve ser implementado um cuidadoso sistema de sinalização, informando a proximidade das obras e a saída de veículos, devendo ainda assegurar-se boas condições de visibilidade em zonas de cruzamento ou entroncamento nas estradas de circulação e acesso às áreas de obra.
2. Deve ser assegurada a manutenção, conservação e limpeza regular dos acessos rodoviários e pedonais localizados na área afeta à obra e áreas adjacentes.
3. As áreas afetas ao estaleiro, aos acessos temporários e às atividades de construção devem ser reduzidas na máxima extensão possível, minimizando a afetação e alteração do uso do solo dessas áreas e dos espaços adjacentes.
4. As solicitações externas, os pedidos de informação, as queixas ou outros, recebidos pelo adjudicatário e referentes a questões ambientais associadas às obras em curso, devem ser encaminhados para a fiscalização do Dono da Obra, criando se necessário, um adequado mecanismo de atendimento.

## **5.10. Resposta a Situações de Emergência Ambiental em Obra**

1. Quando da implantação de cada estaleiro e do planeamento dos trabalhos, devem ser identificadas e implementadas práticas e equipamentos necessários para a resposta adequada a situações de emergência ambiental em obra, nomeadamente para situações de emergência ambiental de derrame ou fuga, de incêndio e de inundação.

2. Cabe ao Adjudicatário a responsabilidade perante quaisquer incidentes ou acidentes ambientais que produzam prejuízos ou danos materiais ou pessoais.

## **6. Formação, Sensibilização e Divulgação de Informação**

1. O Adjudicatário obriga-se a dar ações de sensibilização aos seus trabalhadores, trabalhadores de subempreiteiros, ou outros trabalhadores por si subcontratados, sobre as medidas de gestão ambiental identificadas neste caderno de encargos e outras que venham a ser identificadas pelo dono de obra e/ou seus representantes em obra, no decurso dos trabalhos, e como as mesmas deverão ser implementadas no decurso dos trabalhos.

## **7. Avaliação de Conformidade Legal**

Para a Avaliação da Conformidade Legal é realizada uma lista com toda a legislação aplicável à empreitada em questão que, periodicamente e dada a duração prevista para a empreitada, será revista. No caso de alterações na legislação aplicável que impliquem a reformulação do processo da empreitada, todos os documentos do Plano de Gestão Ambiental da Obra serão reeditados. Qualquer situação não conforme será registada em impresso próprio e tratada de acordo com o presente plano.

### **7.1. Não Conformidades**

1. Para o desencadeamento de eficazes ações corretivas e preventivas da conformidade com as disposições legais e outros regulamentos ambientais aplicáveis às atividades em obra, é verificado as ações:
  - a) Registos de monitorização e conformidade com a regulamentação aplicável, referida no presente Caderno de Encargos;
  - b) Registo de reclamações da população;
  - c) Registo de toda a correspondência com as Entidades Públicas Reguladoras na matéria de ambiente.
  - d) Auditorias Internas ao Desempenho Ambiental em Obra, com a verificação do cumprimento dos requisitos legais e gestão definidas.

2. Aquando da decisão do desenvolvimento de ações corretivas, o Diretor de Obra com os despectivos intervenientes na análise da situação, determinam as causas da ocorrência e definem medidas necessárias para anular o problema real ou potencial, registando toda a informação nos Relatórios de Acompanhamento Ambiental de Obras, cuja estrutura se encontra no Anexo VI.

## **7.2. Relatório de Acompanhamento Ambiental**

Documento a elaborar pela Fiscalização e apresentar mensalmente ao Dono de Obra, relativo às atividades desenvolvidas no que respeita à aplicabilidade do presente plano no decorrer da obra (Anexo VI).

Neste sentido foi elaborada uma Cheklist, a preencher pela Fiscalização a quando das suas visitas à Empreitada, que servirá para a elaboração do Relatório Ambiental., sendo posteriormente anexa ao relatório em questão (Anexo VII).

Para melhor compreensão e registo das situações de Não Conformidade, convém efetuar registos fotográficos das referidas situações, bem como das ações preventivas e/ou corretivas aplicadas na obra (Anexo VIII).

## 8. Registos

1. Todos os registos deverão ser arquivados de forma segura, ordenada, protegidos de danos, perda ou deterioração por condições ambientais.
2. O Adjudicatário fornecerá ao Dono de Obra, em suporte de papel e suporte informático, toda a documentação produzida, em matéria de ambiente, nomeadamente, registos do encaminhamento dos resíduos a destino final licenciado, licenças obtidas, etc. O número de cópias a entregar e respetivo suporte, será definido na primeira reunião de obra pela Fiscalização.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## **ANEXOS**

**Anexo I** – Plano de Gestão Ambiental de Obra (PGAO)

**Anexo II** – Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD)

**Anexo III** – Lista Europeia de Resíduos (Capítulo 17 – Resíduos de Construção e Demolição)

**Anexo IV** – Lista de Materiais a entregar ao Armazém

**Anexo V** – Guia de Acompanhamento do Transporte Rodoviário de Resíduos na Região Autónoma dos Açores

**Anexo VI** – Relatório de Acompanhamento Ambiental de Obras

**Anexo VII** – Checklist de Fiscalização Ambiental de Obras

**Anexo VIII** – Registo Fotográfico:

- i) Não Conformidades
- ii) Ações Preventivas/Corretivas
- iii) Outros

**Anexo IX** – Legislação vigente

## **Anexo I – Plano de Gestão Ambiental de Obra (PGAo)**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)



## **PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DE OBRA (PGA O)**

- “Designação da obra” -

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e  
Segurança (GIQAS)



## REGISTOS DE ALTERAÇÕES

N.º Ordem	Proponente	Data	Designação
00	Electricidade dos Açores, S.A.		Fase de Consignação

## JUSTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES EFETUADAS

N.º Ordem	Justificação
00	

**Técnico Responsável:**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## 1. Identificação

- Identificação da obra;
- Identificação do Empreiteiro (e eventuais Subempreiteiros).

## 2. Responsabilidades e Funções

- Identificação do responsável máximo pelas questões ambientais associadas à empreitada.

## 3. Enquadramento Legal

- Indicação dos diplomas legais vigentes, relativos à gestão dos vários aspetos ambientais (geral, resíduos, qualidade da água, ruído, qualidade do ar, etc.)

## 4. Comunicações externas e internas

- O Adjudicatário registará e comunicará à Fiscalização, no prazo de 24 horas, todos os contactos e eventuais reclamações recebidas do público afetado pela sua atividade, conjuntamente com as diligências e ações que na sua sequência levou a cabo.
- Sempre que no decurso de obra for necessário o contacto com entidades externas, nomeadamente, autarquias locais, incluindo Juntas de Freguesia, o Adjudicatário dará sempre conhecimento prévio ao Dono de Obra. O Adjudicatário obriga-se a acatar a determinação da fiscalização quanto às diligências necessárias a tomar.

## 5. Impactes ambientais

- Apresentação de um procedimento para identificação de perigos e avaliação de riscos e impactes, nomeadamente:

### **5.1. Geral**

- Identificação dos requisitos ambientais de carácter geral, transversais a todas as atividades desenvolvidas na empreitada, que garantirá que todas as intervenções respeitarão todos os princípios ambientais indicados no presente Caderno de Encargos.

### **5.2. Estaleiro**

- Identificação do local de implantação do(s) estaleiro(s) e delimitação do(s) mesmo(s);
- Indicação das placas de sinalização e de segurança a colocar.

### **5.3. Gestão de Resíduos**

- Identificação (Anexo II), classificação e quantidades previstas de resíduos;
- Identificação das operações a que cada resíduo será submetido (valorização, tratamento ou eliminação);
- Identificação das entidades externas envolvidas no processo de gestão de resíduos (transporte, armazenagem, valorização, tratamento ou eliminação), anexando as suas autorizações/licenças;
- Proposta de mecanismos de coordenação/comunicação a estabelecer com a fiscalização do Dono da Obra, no sentido de garantir o fornecimento de cópia das Guias de Acompanhamento de Resíduos (Anexo IV) relativas a todos os resíduos a transportar para o exterior.
- Cumprimento integral do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) que se encontra no Anexo I do presente documento.

### **5.4. Armazenagem e Manuseamento de Substâncias Perigosas**

- Identificação e quantidades previstas de substâncias perigosas a utilizar;
- Identificação dos equipamentos de proteção de ambiente a utilizar, tais como bacias de contenção secundária e material de absorção de derrames.

### **5.5. Gestão de Águas Residuais e Pluviais**

- Identificação do(s) sistema(s) de drenagem de águas residuais domésticas, equiparadas a industriais e pluviais previsto(s) e respetivas infraestruturas.

### **5.6. Gestão do Solo/Coberto Vegetal**

- Identificação das medidas para preservar e/ou recuperar a cobertura vegetal e as características do solo e suas qualidades.
- Identificação dos procedimentos de atuação, caso a empreitada se desenvolva em áreas protegidas ou nas proximidades das mesmas.

## **Anexo II – Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD)**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

<b>Elaborado por:</b>
-----------------------

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)
---



## **PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (PPGRCD)**

- “Designação da obra” -

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## REGISTOS DE ALTERAÇÕES

N.º Ordem	Proponente	Data	Designação
00	Electricidade dos Açores, S.A.		Fase de Concurso

--

## JUSTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES EFETUADAS

N.º Ordem	Justificação
00	

--

**Técnico Responsável:**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Objetivo

Ao abrigo do artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, as empreitadas e concessões de obras públicas e nas obras sujeitas a licenciamento ou comunicação prévia, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação, foi elaborado o presente documento que constitui o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, doravante PPGRCD, da **"designação da obra"**.

Neste âmbito o PPGRCD assegura o cumprimento dos princípios gerais de gestão dos resíduos e das demais normas respetivamente aplicáveis, constantes no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.

### 1.2. Legislação aplicável

Os diplomas legais vigentes, relativos à gestão de resíduos são:

- Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro, implementa as Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (eGAR) nos Açores;
- Decisão 2014/955/EU, da Comissão, de 18 de dezembro, Lista Europeia de Resíduos (LER);
- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos;

### 1.3. Âmbito de aplicação

Aplicável aos estaleiros e frentes de obra em todas as fases de execução da empreitada. É de cumprimento obrigatório por parte do Adjudicatário geral e eventuais subempreiteiros envolvidos na empreitada. A respetiva execução em obra deve privilegiar a adoção de metodologias e praticas que minimizem a produção e a perigosidade dos RCD, designadamente por via da reutilização e da utilização de materiais não suscetíveis de originar resíduos contendo substâncias perigosas.

Pretende-se a valorização de resíduos, designadamente por via da utilização de materiais reciclados e recicláveis e favorecimento dos métodos construtivos que facilitem a demolição



orientada para a aplicação dos princípios da prevenção e redução e da hierarquia das operações de gestão de resíduos.

Incumbe ao Adjudicatário ou ao concessionário executar o PPGRCD, assegurando, designadamente:

- A promoção da reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra;
- A existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
- A aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;
- Que os RCD sejam mantidos em obra o mínimo tempo possível, sendo que, no caso de resíduos perigosos, esse período não pode ser superior a 3 meses.

O cumprimento das exigências presentes neste documento é condição fundamental para a receção provisória da obra, de acordo com o exposto nos artigos 394º e 395º do Código dos Contratos Públicos (CCP). Caso o dono da obra não ateste a correta execução do PPGRCD, considera-se que a obra não está em condições de ser recebida, devendo tal condição ser declarada no auto de receção provisória lavrado no âmbito da vistoria.

Salienta-se ainda que, não obstante o facto de uma obra se considerar tacitamente recebida, poderá sempre existir lugar a sanções, nos termos da legislação aplicável, designadamente quando o Adjudicatário não executou corretamente o PPGRCD.

#### 1.4. Glossário

**Armazenagem** – a deposição temporária e controlada, por prazo não indeterminado, de resíduos antes do seu tratamento, valorização ou eliminação.

**Autoridades Regionais de resíduos** – são serviços descentralizados do Ministério responsável pela área do Ambiente - Secretaria Regional do Ambiente (SRA) e Direção Regional do Ambiente (DRA).

**Deposição** – colocação de resíduos em recipientes ou espaços próprios.

**Ecocentro** – instalações dotadas de equipamentos e recipientes para a receção temporária de resíduos.

**Fileira de resíduos** – designação técnica que significa qualquer dos materiais constituintes dos resíduos (fileira dos vidros, fileira do papel, fileira dos plásticos).

**Fluxo de resíduos** – tipo de produto componente de uma categoria de resíduos transversal a todas as origens, nomeadamente embalagens, eletrodomésticos, pilhas, acumuladores, pneus ou solventes

**Gestão de resíduos** – todas as operações de manuseamento de resíduos, sua monitorização e respetivo planeamento

**Operador licenciado** – Empresas licenciadas para a gestão de resíduos não urbanos.

**Produtor do resíduo** – Qualquer pessoa singular ou coletiva, agindo em nome próprio ou prestando serviço a terceiro, cuja atividade produza resíduos ou que efetue operações de pré-tratamento, de mistura ou outras que alterem a natureza ou a composição dos resíduos.

**Reciclagem** – conjunto de operações que visem o reaproveitamento dos materiais que constituem os resíduos.

**Redução** – adoção de medidas e/ou atitudes que visem diminuir a produção de resíduos.

**Resíduo** – quaisquer substâncias ou objetos que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou obrigação de desfazer.

**Resíduos de Construção e Demolição** – resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas.

**Resíduos Perigosos** – resíduos que apresentam, pelo menos, uma característica de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados como tal na LER.

**Reutilização** – reintrodução do resíduo, em utilização análoga e sem alterações para o que foi inicial projetado.

**Triagem** – ato de separação de resíduos mediante processos manuais ou mecânicos, sem alteração das suas características, com vista à sua valorização ou outras operações.

## 1.5. Abreviaturas

**RCD** – Resíduos de Construção e Demolição

**InCI** – Instituto da Construção e do Imobiliário

**CPV** – Vocabulário Comum para os Contratos Públicos

**CAE** – Código das Atividades Económicas

**PPGRCD** – Plano Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

**CCP** – Código dos Contratos Públicos

**GAR** – Guia de Acompanhamento de Resíduos

## 2. PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

### 2.1. DADOS GERAIS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA OBRA

**Nome:** Electricidade dos Açores, S.A.

**Morada:** Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1  
9504-535, Ponta Delgada

**Telefone:** 296 202 020

**Fax:** 296 628 045

**E-mail:** [eda@eda.pt](mailto:eda@eda.pt)

**NIPC:** 512 012 032

**CAE principal Rev3:** 35112



### 2.2. DADOS GERAIS DA OBRA

**Tipo de Obra:**

**Código CPV:**

**N.º do processo de Avaliação de  
Impacte Ambiental:**

**Identificação do local de implantação:**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e  
Segurança (GIQAS)

### 2.3. RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD)

#### 1. Caracterização da obra a efetuar

a) Caracterização sumária da obra:

b) Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos:

#### 2. Incorporação de reciclados

a) Metodologia para a incorporação de reciclados de RCD:

b) Reciclados de RCD integrados na Obra

#### 3. Incorporação de reciclados

a) Metodologia de prevenção de RCD:

b) Materiais a reutilizar em obra:

#### 4. Acondicionamento de resíduos

a) Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma:

#### 5. Produção de RCD

Código LER	Quantidade produzida (ton ou lts)	Quantidade para reciclagem (ton ou lts)	Operação de reciclagem	Quantidade para Valorização (ton ou lts)	Operação de Valorização	Quantidade para Eliminação (ton ou lts)	Operação de Eliminação

A lista de RCD anteriormente apresentada é somente indicativa, assim como as suas quantidades, pelo que a lista e respetivas quantidades terão que ser avaliadas com maior rigor durante a fase de execução pelo adjudicatário.

### 3. ALTERAÇÕES AO PPGRCD

O presente plano serve de orientação à gestão de resíduos na obra, podendo ser revisto e alterado/adaptado pelo Adjudicatário, sempre com conhecimento e aprovação prévia do Dono da Obra, caso se verifique a necessidade de o tornar mais ajustado à realidade da obra durante a sua execução, ou de forma o articular às demais exigências em matéria de gestão de resíduos.

Qualquer alteração ao plano origina nova edição do mesmo, identificado por um número sequencial da edição e data da respetiva edição (data de entrada em vigor) e, simultaneamente, a atualização na lista de edições.

A emissão de uma nova edição implica a substituição integral da versão anterior do PPGRCD, ficando registado a natureza das alterações das edições anteriores. A partir da primeira edição, o responsável pela implementação em obra do PPGRCD, mantém no arquivo uma cópia de todas as edições obsoletas, estando identificando-as como “***Versão Obsoleta***”.

### 4. GESTÃO DE RESÍDUOS

#### 4.1. Transporte de RCD

O transporte de quaisquer resíduos na Região Autónoma dos Açores, incluindo os RCD, é obrigatório o uso da Guia Eletrónica de Acompanhamento Resíduos (eGAR).

Caso venha a ser definido contratualmente, que o Adjudicatário será exclusivamente responsável pela gestão dos resíduos produzidos na obra deverá estar registado junto da Direção Regional do Ambiente (DRA), no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), como produtor de resíduos de forma a poder emitir as guias acima referidas.

Caso seja definido que a gestão de resíduos é da responsabilidade da EDA, o Adjudicatário deverá estar igualmente registado no SRIR, como produtor ou transportador de resíduos de forma a que seja possível emitir eGAR, sendo o Adjudicatário como transportador.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento constitui uma proposta do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de construção e Demolição para a execução da empreitada "**Designação da Obra**", em cumprimento da legislação em vigor.

Este plano serve de orientação à gestão de resíduos e pode ser adaptado pelo dono da obra e deverá ser desenvolvido pelo Adjudicatário durante a execução da obra, de forma a ir de encontro as exigências em matéria de gestão de resíduos. O mesmo deve estar disponível conjuntamente com o livro de obra, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da mesma.

### **Anexo III – Lista Europeia de Resíduos (Capítulo 17–Resíduos de Construção e Demolição)**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## LISTA EUROPEIA DE RESÍDUOS – RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

### 17 - Resíduos de construção e demolição (incluindo solos escavados de locais contaminados)

<b>17 01</b>	<b>Betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos</b>
17 01 01	Betão
17 01 02	Tijolos
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos
17 01 06*	Misturas ou frações separadas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, contendo substâncias perigosas
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, não abrangidos em 170106
<b>17 02</b>	<b>Madeira, vidro e plástico</b>
17 02 01	Madeira
17 02 02	Vidro
17 02 03	Plástico
17 02 04*	Vidro, plástico e madeira, contendo ou contaminados com substâncias perigosas
<b>17 03</b>	<b>Misturas betuminosas, alcatrão e produtos de alcatrão</b>
17 03 01*	Misturas betuminosas contendo alcatrão
17 03 02	Misturas betuminosas não abrangidas em 170301
17 03 03*	Alcatrão e produtos de alcatrão
<b>17 04</b>	<b>Metais (incluindo ligas)</b>
17 04 01	Cobre, bronze e latão
17 04 02	Alumínio
17 04 03	Chumbo
17 04 04	Zinco
17 04 05	Ferro e aço
17 04 06	Estanho
17 04 07	Mistura de metais
17 04 09*	Resíduos metálicos contaminados com substâncias perigosas
17 04 10*	Cabos contendo hidrocarbonetos, alcatrão ou outras substâncias perigosas
17 04 11	Cabos não abrangidos em 170410

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)



<b>17 05</b>	<b>Solos (incluindo solos escavados de locais contaminados), rochas e lamas de dragagem</b>
17 05 03*	Solos e rochas, contendo substâncias perigosas
17 05 04	Solos e rochas, não abrangidos em 170503
17 05 05*	Lamas de dragagem contendo substâncias perigosas
17 05 06	Lamas de dragagem não abrangidas em 170505
17 05 07*	Balastros de linhas de caminho-de-ferro, contendo substâncias perigosas
17 05 08	Balastros de linhas de caminho-de-ferro, não abrangidas em 170507
<b>17 06</b>	<b>Materiais de isolamento e materiais de construção, contendo amianto</b>
17 06 01*	Materiais de isolamento, contendo amianto
17 06 03*	Outros materiais de isolamento, contendo ou constituídos por substâncias perigosas
17 06 04	Materiais de isolamento, não abrangidos em 170601 e 170603
17 06 05*	Materiais de construção, contendo amianto (7)
<b>17 08</b>	<b>Materiais de construção à base de gesso</b>
17 08 01*	Materiais de construção à base de gesso, contaminados com substâncias perigosas
17 08 02	Materiais de construção à base de gesso, não abrangidos em 170801
<b>17 09</b>	<b>Outros resíduos de construção e demolição</b>
17 09 01*	Resíduos de construção e demolição, contendo mercúrio
17 09 02*	Resíduos de construção e demolição, contendo PCB (por exemplo, vedantes com PCB, revestimentos de piso à base de resinas com PCB, envidraçados vedados contendo PCB, condensadores com PCB)
17 09 03*	Outros resíduos de construção e demolição (incluindo misturas de resíduos), contendo substâncias perigosas
17 09 04	Misturas de resíduos de construção e demolição, não abrangidos em 170901, 170902 e 170903

**Nota:** A listagem acima apresentada refere-se somente ao Capítulo 17 da Lista Europeia de Resíduos (Decisão 2014/955/UE, da Comissão, de 18 de dezembro), referente aos Resíduos de Construção e Demolição, contudo não significa que na Empreitada em causa sejam produzidos todos os resíduos aqui mencionados.

## **Anexo IV – Lista de Materiais a entregar ao Armazém**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## LISTA DE MATERIAIS A ENVIAR AO ARMAZÉM

A presente lista de materiais retirados no decorrer da(s) empreitada(s) deverão ser enviados para os Armazéns da EDA, conforme as disposições estabelecidas nas Instruções de Trabalho do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente da EDA, S.A..

RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS	Cód. LER
Lâmpadas	20 01 21*
Transformadores e condensadores, contendo PCB	16 02 09*
Equipamentos contendo ou contaminados por PCB	16 02 10*
Equipamentos contendo clorofluorocarbonetos, HCFC, HFC	16 02 11*
Equipamentos contendo componentes perigosos	16 02 13*
Baterias ácidas	16 06 01*
Óleo de transformadores	13 08 99*

RESÍDUOS INDUSTRIAIS BANAIS (NÃO PERIGOSOS)	Cód. LER
Resíduos de Postes de Betão <sup>1</sup>	17 01 01
Aço inox	17 04 05
Alumínio	17 04 02
Armários de Distribuição (com ferragens)	16 02 14
Armários de Distribuição (sem ferragens)	17 02 03
Balastros	16 02 14
Baterias alcalinas	16 06 05
Cabo alumínio isolado	17 04 11
Cabo cobre isolado	17 04 11
Celas MT	17 04 05
Cobre nú	17 04 01
Contadores	16 02 14

<sup>1</sup> Os postes de betão que não são passíveis de reutilização pela EDA, o Adjudicatário deverá informar a **Fiscalização** dessa situação, que por sua vez informará os Aprovisionamentos de forma a enviar o referido resíduo diretamente para um Operador de Gestão de Resíduos Licenciado.

<b>RESÍDUOS INDUSTRIAIS BANAIS (NÃO PERIGOSOS)</b>	<b>Cód. LER</b>
Disjuntores	16 02 14
Entulho	17 01 07
Ferro e aço	17 04 05
Fusíveis	16 02 14
Isoladores de vidro ou porcelana (Ferro + Vidro)	17 02 02
Latão	17 04 01
Luminárias / armaduras	16 02 14
Madeira	20 01 38
Mistura de metais (Cobre + Inox + Latão)	17 04 07
Mistura de metais (Alumínio + Inox)	17 04 07
Mistura de metais (Ferro > 95%)	17 04 07
Mistura betuminosa	17 03 02
Mistura de RCD	17 09 04
Pára-raios (DST's)	17 04 07
Plástico	17 02 03
Seccionadores	16 02 14
Sílica Gel (não perigosa)	17 06 04
Transformadores	16 02 14
Triblocos	16 02 14
Outros Equipamentos elétricos fora de uso	16 02 14
Isoladores (vidro)	17 02 02

**Anexo V – Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (eGAR) na  
Região Autónoma dos Açores**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e  
Segurança (GIQAS)

Esta guia deve ser utilizada nos períodos onde a  
plataforma <http://srir.azores.gov.pt> estiver inoperacional

**e-GAR**

Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos

Governo dos Açores - Direção Regional do Ambiente - Portaria N.º 1879/2017



## PRODUTOR/DETENTOR

NIF/NIPC

ORGANIZAÇÃO

ESTABELECIMENTO

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

CONCELHO

NOTA DE VALIDAÇÃO Guia válida para circulação apenas com assinatura do produtor/detentor do resíduo.

Assinatura \_\_\_\_\_

## RESÍDUO

N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO LER	QT (T)	OPERAÇÃO
1				
2				
3				
4				
5				
6				

## TRANSPORTADOR

N.º ORDEM	NIF/NIPC	ORGANIZAÇÃO	MATRICULA	DATA INICIO	HORA INICIO
1					
2					
3					
4					

## OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS

NIF/NIPC

ORGANIZAÇÃO

ESTABELECIMENTO

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

CONCELHO

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade pelas mesmas, ciente que a prestação de informações falsas é punível nos termos gerais da lei penal.

Pág.  
1/1

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

### Elaborado por:

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## **Anexo VI – Relatório de Acompanhamento Ambiental de Obras**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)



## **RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS**

- “Designação da obra” -

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)



**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL**

Empreitada:

Visita realizada por:

Visita acompanhada por:

Data:

Assinatura:

**1) Descrição sumária dos trabalhos a decorrer durante a visita.**

**2) Não Conformidades identificadas**

2.1) Novas Não Conformidades detetadas

N.º	Não Conformidades	Ações preventivas/corretivas	Responsável	Prazo de execução

2.2) Não Conformidades detetadas em relatórios anteriores e ainda não corrigidas

N.º	Não Conformidades	Ações preventivas/corretivas	Responsável	Prazo de execução

**3) Ponto de situação das ações preventivas e/ou corretivas**

3.1) Ações preventivas e/ou corretivas já implementadas

3.2) Ações preventivas e/ou corretivas em curso

**4) Observações relevantes**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## **Anexo VII – Checklist de Fiscalização Ambiental de Obras**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE OBRAS

ASPECTO AMBIENTAL	ASSUNTO A VERIFICAR	PRÁTICA CORRECTA				FOTO N.º	OBSERVAÇÕES
		C.	N.C.	N.V.	N.A.		
AR	Cobertura de materiais causadores de poeiras, nomeadamente na descarga, no seu transporte ou depósito prolongado						
	Fugas de Ar comprimido						
	Rega de solos e de materiais causadores de poeiras em época seca						
	Não existe evidência de queima de quaisquer resíduos a céu aberto						
	Manutenção de equipamento e máquinas (emissões de gases)						
	Evidência do levantamento da substância fluida dos Ar Condicionados (R22)						
RÚIDO	Existência de medidas de proteção sonora adequadas						
	Manutenção de equipamento e máquinas (emissões de sonoras)						
	Certificação (CE) e classe de potência sonora emitida pela máquina						
	Possui Licença Especial de Ruído						
SOLO	Restrição de Circulação aos acessos autorizados (Desvios de trânsitos)						
	Lavagem de rodados e limpeza regular dos acessos (arruamentos)						
	Regularização das vias de comunicação dentro do estaleiro						
	Descompactação dos locais no final dos trabalhos						
	Recuperação das áreas de estaleiro/empréstimo/vazadouro/stock no final da intervenção						
	Proibição de descargas de poluentes no solo						

**Legenda:** C.= Conforme; N.C.= Não Conforme; N.V.= Não Verificado; N.A.= Não Aplicável

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

ASPECTO AMBIENTAL	ASSUNTO A VERIFICAR	PRÁTICA CORRECTA				FOTO N.º	OBSERVAÇÕES
		C.	N.C.	N.V.	N.A.		
RECURSOS HÍDRICOS	Proibição de deposição de materiais em canais, valas e linhas de água						
	Fugas de água visíveis						
	Licença/autorização de rejeição de águas residuais						
	Manutenção de maquinaria em locais impermeabilizados e estanques						
	Restabelecimento das linhas de água afetadas						
	Sinalização e vedação dos locais de captação de água para abastecimento/utilização no estaleiro						
FLORA	Proibição de corte e/ou abate de espécies protegidas						
	Proibição de deposição de materiais em áreas florestais						
	Minimização da destruição de vegetação						
PAISAGEM / SÓCIO-ECONOMIA	Delimitação das frentes de obra a cumprimento dos limites físicos estabelecidos						
	Marcação prévia de "infraestruturas" (águas, electricidade, gás)						
	Localização dos imóveis críticos						
	Divulgação à população do decorrer dos trabalhos e horários em que ocorre maior intensidade de ruído						
	Fichas de segurança dos produtos disponíveis no local de utilização dos mesmos						
	Evidência da manutenção do equipamento de resposta à emergência						
RESÍDUOS	Definição e identificação de locais para armazenamento/deposição seletiva de resíduos em obra						
	Códigos de identificação dos resíduos atribuídos em conformidade com a Legislação em vigor						
	Resíduos corretamente triados/separados						

**Legenda:** C.= Conforme; N.C.= Não Conforme; N.V.= Não Verificado; N.A.= Não Aplicável

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

ASPECTO AMBIENTAL	ASSUNTO A VERIFICAR	PRÁTICA CORRECTA				FOTO N.º	OBSERVAÇÕES
		C.	N.C.	N.V.	N.A.		
RESÍDUOS	Dispersão de resíduos fora dos contentores, e nos locais de trabalho						
	Parque de resíduos limpo e arrumado						
	Existência de meios de contenção em derrames						
	Existência de meios de combate a incêndios						
	Procedimento/Instruções com informação de carácter ambiental, disponíveis nos locais de trabalho ou nas proximidades						
	Procedimento/Instruções com modos de atuação em situações de emergência, disponíveis nos locais de trabalho ou nas proximidades						
	Resíduos resultantes da manutenção de equipamentos (filtros, óleos, etc.) devidamente acondicionados						
	Derrames no solo nos locais de trabalho, junto a equipamentos, caixas de separação água-óleo						
	Operador de resíduos com autorização/licença para operações de armazenagem, tratamento, transporte, valorização e eliminação						
	Preenchimento correto das Guias de Acompanhamento de Resíduos						
	Certificado de Receção de Resíduos de Construção e Demolição						
	Operação de recolha/transporte de óleos usados por empresas com registo atribuído pela entidade competente, com autorização para operações de reciclagem e/ou tratamento/valorização e por veículos constante na frota autorizada						
	Veículos de transporte de substâncias perigosas com extintor						
	Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição devidamente atualizado						
	Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição acessível e do conhecimento de todos						

**Legenda:** C.= Conforme; N.C.= Não Conforme; N.V.= Não Verificado; N.A.= Não Aplicável

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## **Anexo VIII – Registo Fotográfico**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)

## REGISTO FOTOGRÁFICO

**i) Não Conformidades**

N.º N.C.	FOTOS	OBSERVAÇÕES

**ii) Ações Preventivas/Corretivas**

FOTOS	OBSERVAÇÕES

**iii) Outros**

FOTOS	OBSERVAÇÕES

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

<b>Elaborado por:</b> Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)
--

## **Anexo IX – Legislação vigente**

Qualquer cópia deste documento é considerada não controlada, devendo ser confirmada a sua actualização. Este documento é confidencial e propriedade da EDA, S.A., não sendo permitida a sua entrega ou comunicação do seu conteúdo a terceiros, sem autorização expressa.

**Elaborado por:**

Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS)



## LEGISLAÇÃO VIGENTE

### 1. Geral

- Lei n.º 11/85, de 7 de abril (Lei de Bases do Ambiente);

### 2. Resíduos

- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro (Aprova o Regime geral da prevenção e gestão de resíduos).
- Decisão 2014/955/UE, da Comissão, de 18 de dezembro (Lista Europeia de Resíduos).

#### Óleos Usados

- Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho

### 3. Qualidade da água

- Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto (Estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos);
- Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto (Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais);

### 4. Ruído

- Portaria n.º 977/2009, de 1 de setembro (controlo metrológico dos sonómetros)
- Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho (Aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora).

## 5. Qualidade do ar

- Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 12 de julho (Regime jurídico da qualidade do ar e da proteção da atmosfera);
- Portaria n.º 95/2016 de 9 de setembro de 2016 (Fixa os valores limite de emissão (VLE) e os limiares mássicos mínimos e máximos para as fontes de emissões gasosas abrangidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 12 de julho)